



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO REGULAR DE UMA
ESCOLA DA REDE PARTICULAR DE JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DE CASO**

LÍGIA NOGUEIRA GUIMARÃES
NADJA PATRÍCIA LOPES GOMES
THAISY AMÉLINY DANTAS DE MACEDO

JOÃO PESSOA – PB
2014

**LÍGIA NOGUEIRA GUIMARÃES
NADJA PATRÍCIA LOPES GOMES
THAISY AMÉLINY DANTAS DE MACEDO**

**A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO REGULAR DE UMA
ESCOLA DA REDE PARTICULAR DE JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DE CASO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a MS. Santuza Mônica de França P. da Fonseca

JOÃO PESSOA – PB

2014

**LÍGIA NOGUEIRA GUIMARÃES
NADJA PATRÍCIA LOPES GOMES
THAISY AMÉLINY DANTAS DE MACEDO**

**A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO REGULAR DE UMA
ESCOLA DA REDE PARTICULAR DE JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DE CASO.**

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a MS. Santuza Mônica de França P. da Fonseca - UFPB
(Orientadora)

Prof.^a MS. Vera Lúcia de Brito Barbosa
(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA – PB

2014

Dedicamos este trabalho a Deus que em sua infinita misericórdia nos deu forças e sabedoria para concluir este curso, aos nossos familiares e amigos que na trajetória da nossa caminhada nos ofereceram palavras de incentivo, e aos nossos professores e mestres que nos transmitiram conhecimentos e valores que levaremos conosco para o resto da vida.

Meus Agradecimentos...

Em primeiro lugar, à DEUS que me deu a oportunidade de cursar na UFPB e por estar sempre presente durante todo este percurso. Por sua graça e misericórdia que me manteve firme em meio as dificuldades. E por seu imenso amor que me faz crescer a cada dia em todos os aspectos da minha vida. I LOVE YOU MY LORD!

Às minhas irmãs, Elana e Gedália, por fazerem parte de minha história, ajudando-me a lutar por quem sou e atingir meus objetivos.

Em especial à minha mãe Célia e minha irmã Mírian pela paciência e apoio nessa longa jornada. Amo vocês!

À meus grande amigos, Pr. Josinaldo, Gisa, Sarah e Daniel, por todo carinho, incentivo e ajuda que tornaram possível a conclusão desse curso.

À minha querida “Forever teacher” Elaine Luna, que foi de grande referência na minha vida acadêmica. És uma educadora muito especial.

Às minhas companheiras Nadja e Thaisy, pelo apoio, compreensão e amizade. Vocês são demais.

Ao “My love” de Nadja, John, sua ajuda foi de grande valia nessa monografia. Muito obrigada!

À querida professora e orientadora Santuza Mônica, pelo convívio, compreensão e paciência na orientação que foram importantes na vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

À meus colegas e professores do curso que contribuíram para que nossas noites fossem produtivas e divertidas. Vou sentir saudades...

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação. God bless you!

Finalizo com grande alegria e satisfação. EBENÉZER!

Lígia Nogueira Guimarães

Meus Agradecimentos...

A Deus, que me deu forças e sabedoria para trilhar todo o percurso até chegar aqui, me abençoando e me oferecendo de toda sua fidelidade!

Ao meu pai, Marcos Aurélio, referencial de fé, para quem dedico meu diploma! Pai obrigado pela sua benção em minhas manhãs e noites que soava em meus ouvidos como um incentivo a prosseguir.

A minha mãe, Maria das Dores, exemplo de Mãe e meu porto seguro...Te amo Mãe!

A minha irmã, Rita de kassia, que com sua coragem me mostrou que é possível vencer medos.

Ao quarto figurante desta monografia, meu amor John! Sua efetiva participação em minha vida me ensinou muito do que sou hoje. Obrigada por sua contribuição na produção deste trabalho. I LOVE YOU!

Aos amigos que perpassaram em minha vida durante a caminhada desta graduação, em especial Yslainia Rachel, que me incentivou e acreditou em meu potencial. Obrigado!

As minhas companheiras de sala e de monografia, Lígia e Thaisy, que aguentaram meu espírito de general... É bom saber que valeu a pena! Xeru pra vocês!

A professora, amiga e orientadora Santuza Mônica, que nos acolheu e nos ofereceu norteamento para a construção deste trabalho. Levarei seus ensinamentos para toda vida... Obrigado!

E por fim, agradeço as crianças que passaram e permanecem em minha vida desde que comecei a trabalhar em creche, a quem devo toda minha experiência e postura de futura pedagoga!

Durante todo esse tempo os sentimentos se misturaram...alegrias, tristezas, preocupações, felicidade, dúvidas, certezas, desenganos, fé, fraquezas...Fizeram parte do cenário. E o que resta agora é a certeza da vitória!

Nadja Patrícia Lopes Gomes

Meus Agradecimentos...

Primeiramente agradeço ao poderoso Deus, que me deu a graça de poder chegar até aqui e que com certeza ainda guiará por essa estrada tão longa que é a da educação.

Agradeço aos meus pais, pois sei que partilho esse sonho de formatura com eles e que muito me honra poder dar-lhes esse orgulho. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

Ao meu amigo, namorado, noivo e eterno companheiro Márcio, que me deu força e me incentivou em cada momento de fraqueza, que vibrou junto comigo em cada conquista e que me amparou também nas decepções, tornando-se essencial na conclusão dessa etapa. Te amo!

Agradeço às minhas colegas Lígia e Nadja que foram de extrema importância não só nessa conclusão, mas na etapa como um todo. Sozinhas iremos mais rápido, mas juntas vamos mais longe.

Ao meu colega de escola Wellys, hoje namorado de Nadja, pela dedicação em nos ajudar na construção dessa obra. Sua ajuda foi de extrema importância para nós.

As minhas amigas e companheiras de todas as noites Karlla, Lorena, Eliane e Zuleide. Nossa caminhada se tornou mais agradável quando sabíamos que tínhamos umas as outras. Vocês estarão sempre no meu coração.

As minhas amigas e gerentes, que há alguns anos me ajudaram e incentivavam a dar o primeiro passo para começar a fazer faculdade, Jane e Celita eu jamais esquecerei a força que vocês me deram.

A minha amiga querida Grazielly Fernanda, que acompanhou toda trajetória, desde o cursinho até a finalização desse curso. Obrigada amiga por compartilhar esse momento comigo e me ajudar sempre que precisei.

Aos colegas e professores, que direta ou indiretamente tiveram sua contribuição nesses cinco anos de lutas.

Agradeço também aos que tentaram me desanimar e até desistir. Vocês foram importantíssimos para a minha vitória.

E por último, mas não menos importante, agradeço a nossa querida professora e orientadora Santuza, que durante sua orientação enriqueceu nossos conhecimentos com sua sabedoria e paciência. Saiba que estaremos sempre em nossos corações.

Com grande satisfação e sentimento de dever cumprido posso gritar: “Eu consegui!!!”

Thaisy Améliny Dantas de Macedo

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e
temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos
descaracteriza”. (Boaventura Santos)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo de estudo analisar o processo de inclusão de uma criança com autismo no ensino regular. Autismo é uma síndrome definida por alterações no desenvolvimento e caracterizada por dificuldades na comunicação, socialização e na linguagem. A inclusão de uma criança autista na escola faz entender as diferenças e assim respeitá-las gerando um ambiente acolhedor com oportunidade de interação e aprendizagem. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo, a mesma realizada numa escola da rede particular de João Pessoa. Como instrumentos de pesquisa utilizamos a observação, e um questionário de cunho qualitativo com uma professora que possui em sua sala de aula um aluno com quadros de autismo, contendo doze questões referentes à inclusão e ao autismo. Os resultados demonstram os paradigmas existentes na temática inclusão, e as dificuldades enfrentadas pela professora durante o processo de escolarização da criança autista. A visibilidade mediante este estudo de caso deixa evidente que por mais que os profissionais na área busquem capacitar-se, a prática exige muito mais do que só conhecimento no assunto. É preciso que seja realizado um trabalho em conjunto: criança, família e escola, com base na informação, conscientização e dedicação. Para desta forma, ajudar a criança em seu desenvolvimento social, afetivo e intelectual.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Escola.

ABSTRACT

This work aims to analyze the process of inclusion of a child with autism into regular school. Autism is a syndrome defined by changes in the development of a child and characterized by difficulties in communication, socialization and language skills. Including an autistic child in a school is understanding the differences, thus respecting them and creating a hospitable environment with opportunities for him to interact and learn. We made a bibliographic research followed by a fieldwork, the same made at private schools in João Pessoa, in which we administered a qualitative questionnaire with twelve questions about inclusion and autism. The results have shown the existent paradigms related to inclusion and the difficulties faced by the teacher throughout the schooling process of an autistic child. Reflecting upon this topic has evidenced that even though the professionals of the area try to capacitate themselves, the practical side requires more than knowing about the subject. In order to help the child's social, affective and intellectual development, an integrated work between child, family and school based on information, awareness and dedication appears to be necessary.

Keywords: Inclusion, Autism, School.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | CONCEPÇÕES SOBRE AUTISMO | 13 |
| 2.1 | O QUE É AUTISMO? | 13 |
| 2.2 | BREVE HISTÓRICO SOBRE O AUTISMO | 14 |
| 2.3 | CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO DO AUTISMO | 16 |
| 2.4 | TRATAMENTO DO AUTISMO | 18 |
| 3 | COMPREENDENDO A INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO REGULAR | 20 |
| 3.1 | BREVE HISTÓRICO DE INCLUSÃO | 20 |
| 3.2 | CRIANÇA AUTISTA E A ESCOLA | 23 |
| 4 | TIPOS DE INTERVENÇÕES: TÉCNICAS PARA TRABALHAR COM ALUNOS AUTISTAS | 26 |
| 4.1 | TEACCH | 26 |
| 4.2 | ABA | 27 |
| 4.3 | PECS | 28 |
| 5 | POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL | 29 |
| 6 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 32 |
| 6.1 | TIPO DE PESQUISA | 32 |
| 6.2 | SUJEITOS DA PESQUISA | 33 |
| 6.3 | INSTRUMENTOS DA PESQUISA | 33 |
| 6.4 | ANÁLISE DOS DADOS | 34 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| | REFERÊNCIAS | 45 |
| | APÊNDICES | |
| | APÊNDICE A | |
| | APÊNDICE B | |

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é definitivamente marcada por grandes mudanças de paradigmas e consequentemente de comportamentos. Tais mudanças afetaram significativamente o campo da política, sociocultural e da educação. De modo que, passaram a exigir do Estado e da sociedade novas leis, postura e práticas inclusivas que favoreçam o bem comum entre todos os cidadãos, sejam eles com ou sem deficiência.

A educação é, sem dúvidas, o alicerce para o crescimento de uma nação, todavia a inclusão social é algo importante que deve sempre existir para integrar e incluir os diferentes em suas diferenças, de maneira que se criem oportunidades para todos. O presente trabalho trata de uma realidade bastante discutida nas escolas brasileiras, em que apresentaremos um estudo de caso de aluno com quadros de Autismo matriculado no ensino regular de uma escola privada na cidade de João Pessoa-PB. Pontuaremos dificuldades, acertos e avanços na educação do aluno autista, e ainda a rotina, empenho e esforço dispensado por uma professora que tem o desafio e responsabilidade de praticar a inclusão em sua sala de aula.

A escolha deste tema surgiu mediante partilhas em grupo com relação a inquietações da realidade do cenário de inclusão nas escolas regulares. Observamos a atualidade e as ferramentas para o debate em relação à atual política de inclusão de pessoas com deficiência, no caso do presente estudo, a educação infantil. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a inclusão escolar no ensino regular de uma criança com autismo, para que possa haver a compreensão das dificuldades desse aluno, das propostas de inclusão ofertadas no cenário em que o mesmo está inserido, gerando uma discussão de como ocorre o processo de inclusão e, se, de fato, ocorre.

O autismo é definido como um transtorno de desenvolvimento global, no qual é caracterizado na alteração de três aspectos na criança, sendo eles: a interação social, a linguagem verbal, não verbal e o comportamento. Nossa preocupação enquanto grupo de estudo, é conhecer a temática e enriquecer nossos conhecimentos, para assim não estar sujeitos a realizar falhas, enquanto pedagogas, que muitas vezes se faz presente na sala de aula no que se refere a temática da inclusão.

Para tanto, abordaremos as questões de suma relevância sobre essa temática no decorrer deste ensaio, tais como: o que vem a ser o Autismo; norteamentos sobre inclusão; a evolução histórica e características predominantes no aludido transtorno; os métodos de intervenção; o possível tratamento medicamentoso e terapêutico; os desafios da inclusão do

autista no ensino regular e a política ofertada pelos entes governamentais, de forma a engrandecer o estudo e contribuir para outras pesquisas acadêmicas e, ainda como mais uma ferramenta para a comunidade que se interessa pela temática.

Dados do Ministério da Educação apontam um aumento significativo na quantidade de alunos com deficiência matriculados no ensino regular. Tal evidência se dá a partir do momento em que se constrói uma Política de Educação Especial tornando a inclusão uma prioridade. Colaborando com a afirmativa citamos o Resumo Técnico do Censo Escolar de 2012 que traz um dado relevante que é o “aumento de 9,1% no número de matrículas nessa modalidade de ensino, que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012” (BRASIL, 2013). Quando a comparação se dá entre os anos de 2007 a 2012 teremos um aumento ainda maior, um número que dobrou em 5 anos . Percebe-se a importância de uma estrutura política pública que contribua para integração e inclusão de pessoas com deficiência e que possa tornar a escola um ambiente cada vez mais plural com indivíduos singulares.

Nessa perspectiva, a escola por sua vez assume um papel de singular importância que abrange toda a comunidade escolar, e claro ao professor cabe a responsabilidade de identificar comportamentos atípicos que venham a ser diagnosticado como um transtorno ou deficiência. A intervenção escolar e familiar se ocorrer precocemente possibilita um tratamento eficaz, oportunizando à criança com deficiência a possibilidade de se desenvolver fisicamente e cognitivamente.

Diante das pesquisas bibliográficas relacionadas com a nossa prática, vimos o quanto se faz necessário o aprofundamento da temática para o nosso crescimento enquanto seres humanos e pedagogas.

2 CONCEPÇÕES SOBRE AUTISMO

Neste capítulo abordaremos algumas concepções sobre o Autismo, suas características, bem como o diagnóstico e o tratamento.

2.1 O QUE É AUTISMO?

Nosso trabalho tem como enfoque o autismo em crianças em idade correlacionadas aos anos de Educação Infantil, para tanto saber origens e o que, de fato, significa atualmente tal transtorno. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner publicou as primeiras pesquisas relacionadas ao Autismo, as quais identificam o autismo como um quadro caracterizado por isolamento extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia em indivíduos que não apresentavam estigmas de deficiência mental. Diferente do que muitos pensam o Autismo não se trata de uma deficiência mental e, sim de um transtorno global do desenvolvimento, e sobre estudos apontam que em 70% dos casos de indivíduos com autismo, ocorre à deficiência mental (GILLBERG, 1990).

A concepção de autismo começa a ser alterada em 1976, considerando-se não mais uma psicose, e sim um distúrbio de desenvolvimento. Wing (1988), apresenta a noção de Autismo como um aspecto sintomatológico, dependente do comprometimento cognitivo. Como explica também a Associação de Amigos do Autismo:

O autismo é entendido como distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades: 1- dificuldade de comunicação, a comunicação verbal e não verbal, a comunicação, tanto verbal como não verbal, é deficiente e desviada dos padrões habituais. [...] 2- dificuldade de sociabilização entende-se nesse caso a criança que é incapaz de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas. A criança pode se isolar, ou interagir de forma estranha, fora dos padrões habituais. [...] 3- dificuldade no uso da imaginação que se estende por várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança, sejam eles comportamentos ritualistas e obsessivos, dependência em rotinas, atraso intelectual a ausência de jogo imaginativo (AMA apud SANTOS, 2011, p. 11).

Ao citar O DSM IV (2002), Santos (2011, p. 11) afirma que o transtorno Autista é entendido: Como a presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno podem variar muito, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

A taxa média de prevalência do Transtorno Autista em estudos epidemiológicos era cerca de 15 casos por 10.000 indivíduos, com relatos de taxas variando de 2 a 20 casos por 10.000 indivíduos, de acordo com DSM-IV-TR. Hoje, sabe-se que a prevalência cresceu bastante. Algumas pesquisas apontam um caso em cada 150 ou 100 nascimentos, sendo quatro a cinco vezes mais comuns entre meninos (CUNHA, 2014, p. 25).

E há alguma evidência de que as meninas tendem a ser mais severamente afetadas (WING, 1996), “embora isso possa ser explicado pela tendência de as meninas com autismo apresentarem QI mais baixo do que os meninos” (LORD E SCHOPLER, 1985).

Segundo Lord e Rutter (1994) “Crianças com Autismo apresentam grande variação no grau de inteligência, estando ele associado tanto a graus profundos de deficiência mental quanto a performances acima da normalidade em alguns testes psicométricos”.

Diante da complexidade da síndrome e da imprecisão na afirmação de dados que identifiquem as causas, e que nos dê diagnósticos precisos, é certo afirmar que quanto mais cedo a criança for diagnosticada e iniciada ao tratamento que normalmente abrange a família da criança e um grupo de profissionais, mais chances essa criança vai ter de se desenvolver.

Para Mello (2011) “Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação”. Já para Visani e Rabelo (2012) “O autismo é uma psicopatologia grave proveniente da não instauração sucessiva de estruturas psíquicas fundamentais, diante da qual existe o risco de instalação de deficiências irreversíveis para o desenvolvimento psíquico da criança”. Contudo Ferreira (2002, p. 76) conceitua “Autismo- fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento a realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo”. Para o mesmo o autista cria seu próprio mundo, uma maneira própria de se relacionar, de enxergar a vida, ou até mesmo de ser.

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O AUTISMO

O tema Autismo é algo recorrente ao longo da história e, como dito anteriormente, o médico austríaco Leo Kanner foi uns dos pioneiros a um estudo sobre tal temática; durante o processo do estudo do autismo ocorreram mudanças de grande importância que nos possibilita entendê-lo apesar de seus grandes desafios.

A primeira utilização da palavra autismo foi feita por Eugen Bleuler¹ em 1911, quando referiu-se aos métodos de diagnóstico da esquizofrenia, que consistia em preferência a fantasias opostas à realidade e inclinação a separar-se da realidade, pelo fato das pessoas esquizofrênicas se fecharem em seu próprio mundo. A palavra Autismo deriva do grego “autos” que significa voltar-se para si mesmo.

Em 1943, o psiquiatra austríaco naturalizado americano, Leo Kanner, desenvolveu um estudo com 11 crianças com comportamento esquizofrênico, constatando neles a inabilidade no relacionamento interpessoal como uma característica predominante, propondo também uma síndrome rara que já vinha com o nascimento; entretanto com o tempo de estudo dessas crianças e o contato com os pais delas, ele mudou de opinião. Observou o tratamento das mães de autistas para com seus filhos e criou o termo “mãe geladeira”, pela maneira de relacionar-se com eles friamente e distante.

Essa ideia do autismo como um transtorno emocional perpetuou por duas décadas, mas, de forma alguma, houve a comprovação nos estudos de que os pais eram responsáveis pela alteração no comportamento dos filhos.

Segundo Cleonice Bosa (2002, p. 22-25) “Hans Asperger também fez parte das primeiras publicações sobre o autismo quase na mesma época que Kanner, sendo que seus estudos foram mais amplos”. Apesar de várias semelhanças existiam diferenças entre os estudos de Kanner e Asperger como destaca Ángel Rivière (2004, p. 235) “Kanner não se preocupou com a educação e Asperger sim”. Entretanto, tanto Kanner como Asperger, utilizaram-se do termo de Bleuler para definir o Autismo ao evidenciar a grande dificuldade de contato afetivo de maneira espontânea com os outros, acima de qualquer isolamento, timidez e contato humano. Seus estudos foram úteis para médicos nas três décadas seguintes.

A partir de 1960, estudos desses pesquisadores foram se propagando e crescendo as investigações, baseando-se em rigorosas e empíricas pesquisas, ocorrendo explicações sobre autismo entre profissionais, dentre eles destacam-se a psiquiatra inglesa Lorna Wing e o psicólogo Ole Ivar Lovaas. Wing em seus estudos descreve pela primeira vez a tríade de sintomas que identificou as alterações específicas na interação social, na linguagem verbal e não verbal e no comportamento. Lovaas utilizou-se dos métodos de terapia comportamental,

¹ **Paul Eugen Bleuler** (30 de abril de 1857, Zollikon — 15 de julho de 1939, Zollikon) foi um psiquiatra suíço notável pelas suas contribuições para o entendimento da esquizofrenia. Bleuler nasceu em Zollikon, uma pequena cidade perto de Zurique, na Suíça. Estudou medicina em Zurique e mais tarde em Paris, Londres e Munique.

métodos esses vistos com muito preconceito naquela década e na seguinte e, através de seus êxitos, introduziu a ideia de que crianças autistas conseguiam aprender novas habilidades.

Mesmo com todas as pesquisas e destrichamentos nessa área, o autismo ainda se enquadrava dentro da categoria da esquizofrenia e só recebeu reconhecimento na década de 80, passando a ser denominado como síndrome e, em 1994, recebeu definitivamente a definição que persiste até hoje.

Em 2008, especificamente no dia 2 de abril, foi culminado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo (WAAD) pela primeira vez, uma vez que no ano anterior, havia sido decretado o dia para esta celebração.

2.3 CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO DO AUTISMO

Segundo Sanini e Bosa (2013), “O autismo se caracteriza pela presença de desenvolvimento atípico na interação social, comunicação e repertório restrito de atividades e interesses”; Nessa mesma linha, acrescenta-se o pensamento de Mello (2005) que afirma que o “autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação”.

É preciso que os pais fiquem atentos à maneira que seus filhos se comportam desde o nascimento; se faz necessário um vínculo de observações que possibilitem a detecção de comportamentos fora da normalidade de faixa etária de idade, pois é precocemente desde bebê, que o autista na maioria dos casos apresenta algumas características. Nesta linha de pensamento; José Santos (2007, p. 17) apresenta algumas características presentes em crianças autistas:

Pouco ou nenhum contato visual, aparente insensibilidade à dor, preferência pela solidão, modos arredios, rotação de objetos, inapropriada fixação em objetos, hiperatividade, ausência de resposta aos métodos normais de ensino, insistência a repetição, resistência à mudança de rotina, não tem real medo do perigo, procedimento com poses bizarras, ecolalia, recusa a colo ou afagos, age como se estivesse surdo, dificuldade em expressar necessidades, acessos de raiva, irregular habilidade motora.

Tais características se manifestam de maneira natural valendo ressaltar que nem sempre se apresentam em sua totalidade, ou seja, o autista não obrigatoriamente possui todas essas características referidas acima, podendo assim apresentar algumas delas e com níveis de severidade oscilante.

Para compreender melhor a criança autista é preciso entender como se dá o seu mundo, para tanto uma análise precoce de um indivíduo é algo que possibilita um futuro diagnóstico, em que a observação de alguns sinais são importantes para o início de intervenções terapêuticas. Nesta linha de pensamento pontua Bandim (2011, p. 42):

O refinamento dos estudos de acompanhamento dessas crianças bem como o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de alguns sinais observados no 1º ano pode ter um valor fortemente preditivo para um transtorno autista, assim como para identificar precocemente esses pequenos para o início das intervenções terapêuticas.

A escola é cada vez mais um mecanismo eficaz na efetivação em relações afetivas e de conhecimento, um universo em que cada indivíduo tem sua particularidade. Vivemos em uma sociedade que os pais nem sempre tem tempo de relacionamento afetivo com seus filhos, pois o mundo hodierno traz um cotidiano de trabalho que cada vez mais afasta pais e filhos de um convívio de valores, fato que diminui o olhar clínico de pais para com seus filhos dificultando um diagnóstico precoce do aludido transtorno, portanto é preciso atentar a importância da família nesse processo de observação de sinais e características. Como asseveram Silva e Beatriz (2012, p. 13) “O conhecimento atual sobre autismo é fruto de uma parceria que costuma dar certo: pesquisadores comprometidos e pais que dedicam suas vidas a zelar por seus filhos”.

Bertazzo e Schmitt (2010) “afirmam que uma intervenção logo no início da escolarização contribuiria de forma positiva para o desenvolvimento das pessoas com autismo, com aumento em qualidade de vida e convívio sócio”. Pontuam ainda que “[...], a escola é o local onde esses alunos devem ter acesso inicial à socialização, através da possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e sociais”. Nesta mesma linha de pensamento Visani e Rabelo (2012), afirmam que [...] “o autismo exige um diagnóstico e uma intervenção o mais rápido possível, única maneira de reduzir a probabilidade de cronificação”.

Percebe-se a importância de se ter um diagnóstico precoce com relação ao autismo, e o papel relevante da equipe multidisciplinar da escola para contribuir nesse diagnóstico em face às condutas omissivas dos familiares de indivíduos com a citada deficiência. Por outro lado, o conhecimento prévio das características que indicam a presença do autismo faz-se necessário na busca do diagnóstico prévio, e, conseqüentemente, o encaminhamento ao profissional habilitado para os devidos cuidados, bem como a comunicação à família.

2.4 TRATAMENTO DO AUTISMO

Ao longo da pesquisa observamos que estamos em um processo gradativo de aprendizagem sobre o autismo. O diagnóstico e o tratamento caminham a passos lentos, mas sempre em busca de melhores resultados e evoluções para o Autismo. Para um tratamento eficaz o passo mais importante é um diagnóstico precoce, pois, como citado anteriormente, quanto antes o Autismo for diagnosticado, melhores são os resultados diante do tratamento, Neste sentido Dr. Drauzio Varela (2014) esclarece que:

Até o momento, autismo é um distúrbio crônico, mas que conta com esquemas de tratamento que devem ser introduzidos tão logo seja feito o diagnóstico e aplicados por equipe multidisciplinar. Não existe tratamento padrão que possa ser utilizado. Cada paciente exige acompanhamento individual, de acordo com suas necessidades e deficiências. Alguns podem beneficiar-se com o uso de medicamentos, especialmente quando existem co-morbidades associadas.

Percebe-se que os tratamentos podem ser o psicoterápico e medicamentoso, este último gera muita dúvida aos pais dos autistas, causando por sua vez, até mesmo certa recusa. O tratamento psicoterápico vai se basear na diminuição de comportamentos atípicos que o autista apresenta e quanto antes à criança for estimulada, mais chances de eficácia do tratamento. “Cabe lembrar, entretanto que, exatamente por se tratarem de pacientes crônicos, essa visão terapêutica se estenderá por longos períodos, exigindo dos profissionais envolvidos monitoração constante, para que tenham uma dimensão exata do problema”. (ASSUMPÇÃO JR E PIMENTEL, 2000, p. 38).

Vale destacar ainda que:

Não existe ainda uma medicação que trate todos os sintomas do autismo. As dificuldades sociais e de comunicação não são alcançadas diretamente com o uso de fármacos. Mas outros sintomas também presentes no espectro do autismo, tais como comportamentos repetitivos, estereotípias, desatenção, irritabilidade, hiperatividade, impulsividade, alterações no sono, apresentam melhoras com o tratamento medicamentoso. Isso ajuda indiretamente nas disfunções sociais e da linguagem, pois possibilita que essas pessoas fiquem mais tranquilas e focadas para compartilhar momentos (BEATRIZ et al, 2012, p. 221).

Ao longo do tratamento do autismo o principal objetivo dos pais e profissionais, é a amenização dos comportamentos atípicos e estimular a independência, pois na grande maioria das vezes o autista tem dificuldade de realizar tarefas básicas do cotidiano. O uso de medicamentos vem auxiliando o tratamento psicoterápico, pois é preciso entender que ele

vem como uma opção para complementar o tratamento do autista e é de extrema importância que saibamos que apenas um médico especialista pode prescrever medicamentos específicos e com o devido acompanhamento. E como a participação da família é imprescindível para o tratamento, a parceria com médico e a equipe envolvida é de suma importância para as diretrizes do uso do medicamento.

Ao referir-se sobre o assunto de tratamento do Autismo Pereira (2014), destaca alguns medicamentos utilizados:

Os principais medicamentos utilizados são das seguintes classes: neurolépticos, antidepressivos (inibidores da recaptação da serotonina), estabilizadores do humor, derivados anfetamínicos e antagonistas opióides. Em geral, tais medicações são utilizadas na tentativa de reduzir a agitação, desatenção e comportamentos repetitivos, agressivos, impulsivos e auto-mutilatórios.

O tratamento do Autismo é complexo, envolve uma série de fatores e uma equipe que precisa trabalhar em conjunto com a família, para obtenção de melhores resultados. Deve ser organizado e individual, para atender as particularidades do transtorno.

É importante que o autista frequente a escola regular e tenha contatos com crianças que não são autistas, mas também é preciso além da efetiva participação na escola, atividades extracurriculares e atividades físicas, em que a participação da família é fator importante para que o tratamento tenha eficácia.

3. COMPREENDENDO A INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Neste capítulo faremos uma abordagem sobre surgimento da temática “inclusão”, e de como ocorre à inclusão de uma determinada criança autista no ensino regular.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Na linha de pensamento da Educação Especial, a inclusão supõe a integração de pessoas com deficiência entre as pessoas tidas como “normais”, tratando-as no mesmo patamar de igualdade, contudo, compreendendo as suas necessidades e limitações. Para a psiquiatra Ana Beatriz (2012, p. 233):

Inclusão é uma política que busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em sala de aula comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

O Dicionário Aurélio conceitua: “Incluir v.t.1 compreender, abranger. 2. Conter em si. 3.inserir, introduzir.. 4. Estar incluído ou compreendido; fazer parte. Inclusão sf”. Segundo o referido dicionário, a inclusão diz respeito ao ato ou efeito de incluir, compreender e inserir. A inclusão é um tema gerador de várias discussões atualmente, pois visa inserir um indivíduo em um lugar ao qual ele não faz parte.

Nos termos citados anteriormente, percebemos que ainda estamos caminhando, na verdade engatinhando, para o sucesso nessa temática. Entretanto, para entendermos o porquê da inclusão, precisamos voltar no tempo para saber que ela ocorreu pelo fato da exclusão, pois nem todas as pessoas tiveram o privilégio de alcançar o momento em que “todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”, como cita a Declaração Internacional de Montreal sobre a inclusão, aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional " Sociedade Inclusiva" , realizado em Montreal no Canadá.

Na Antiguidade, o corpo era símbolo da perfeição e era venerado, sendo assim, muitas crianças que nasciam deformadas e/ou deficientes eram mortas. Em algumas tribos as crianças que nasciam assim eram enterradas ao nascer junto com a placenta. Algumas pessoas que adquiriam a deficiência ao longo da vida eram vistas como castigadas pelos maus espíritos.

Na Idade Média, o corpo passou a ser a expressão da Perfeição Divina e os deficientes eram marginalizados por não serem como afirmava a Igreja, que era uma autoridade na época, “um ser à imagem e à semelhança de Deus”. Assim escreveu Fonseca (2002, p. 31) “Se o

homem foi criado à imagem e semelhança do seu Criador, pessoas deficientes, imperfeitas, não podiam fazer parte desse ‘reino’ e, conseqüentemente, eram desprovidas também de alma”. Eles viviam associados a bandidos e outros considerados perigosos e eram tidos como bobos da corte. Nessa mesma época, os mesmos também foram considerados seres diabólicos, monstros que necessitavam de purificação e muitos encontravam abrigos nas igrejas, que o ofereciam como modo de resgate do corpo dos seres malignos. O filme “O Corcunda de Notre Dame”, inspirado no livro do escritor Victor Hugo, retrata um pouco essa realidade com o personagem Quasímodo, que por ser corcunda e feio foi marginalizado e considerado um monstro.

A partir do século XVI, com o surgimento da ciência, o corpo passa a ser objeto da mesma e a deficiência passa a ser uma questão médica, com causas vistas como doenças hereditárias, físicas ou intelectuais. Contudo elas permaneciam isoladas da sociedade e inseridas em asilos, conventos e hospedarias.

Nos séculos XVIII e XIX, são fundadas instituições para os deficientes se “recuperarem” e/ou se “reabilitarem”. Surge nessa mesma época a Educação Especial, oferecendo ações isoladas de educação para os que apresentavam deficiência, segregando-os em instituições residenciais. Surge também a integração como forma de prever o exercício de cidadania, com a finalidade de uma integração social. A sociedade apresentou, nesse período, meios favoráveis a pessoas para desencadear vários espaços para construção de conhecimentos e opções para melhoria de vida dos deficientes.

No século XX, a Europa se movimenta em favor das pessoas deficientes, trazendo à reflexão mudanças de atitudes e educação, provocando críticas à segregação. Tais movimentos se expandiram chegando ao Brasil.

No Brasil, com o objetivo de integrar o deficiente o mais perto possível das pessoas tidas como “normais”, a Educação Especial aparece na LDB (Lei das Diretrizes e Bases 4024 em 1961), vale ressaltar que grandes foram as discussões e embates para essa aprovação, enquadrando-a no sistema geral da educação. Posteriormente em 1994, ela ajusta-se à legislação federal, apontando que os alunos com necessidades especiais devem ser educados preferencialmente na rede regular de ensino.

Nos anos 70, inicia-se a proposta de inclusão, desencadeando vários progressos, como a emenda à Constituição brasileira em 1978, assegurando aos deficientes uma melhoria social, econômica e uma educação especial gratuita; o programa de Ação Mundial lançado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1985, para que o ensino às pessoas deficientes, quando possível, seja dentro do sistema normal; a nova Constituição em 1988, garantindo o

atendimento especializado às pessoas com deficiência, de preferência, na rede regular de ensino.

Uma das declarações mais importantes no âmbito mundial sobre a inclusão da criança com deficiência na escola regular se deu em 1994, “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, que ficou conhecida como Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, publicada pela ONU (Organização das Nações Unidas), proclamando as escolas regulares inclusivas como o modo mais eficiente de vencer a discriminação, determinando que as escolas devem acolher todas as crianças independente de suas condições físicas, emocionais, sociais e linguísticas. Conforme nos diz Fonseca (2002, p. 60):

A Declaração de Salamanca pode ser considerada como o grande divisor de águas na concepção de uma educação inclusiva. Foi esse documento assinado a partir de um Encontro de Educação que oficializou o termo inclusão no âmbito da educação. O conceito de sociedade inclusiva, na Espanha, foi expresso pela primeira vez nesse documento.

Como podemos observar, em meio aos séculos, tanto a exclusão como a inclusão foi avaliada conforme o conhecimento e a compreensão dos dominantes da época. Historicamente, para se chegarem à inclusão os deficientes passaram por algumas etapas. Primeiramente elas já nasceram de forma solitária e excludente, depois passaram por uma segregação, em seguida de uma integração como declara Silveira Bueno:

Historicamente podem ser reconhecidos quatro estágios de desenvolvimento das atitudes em relação às crianças excepcionais. Primeiramente, na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e a maltratar os deficientes. Num segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e compadecer-se deles. Num terceiro período, nos séculos XVIII e XIX, foram fundadas instituições para oferecer-lhes uma educação à parte. Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las, tanto quanto possível (BUENO, 1993, p. 55).

Depois de todo esse processo citado inicia-se o processo de inclusão. A inclusão é uma atitude e/ou ação cognitiva, o que nos favorece atualmente, já que as pessoas estão mais abertas ao conhecimento e à compreensão. Sabemos que, por mais que hoje existam legislações e questões amplamente discutidas entre pesquisadores e profissionais da área, essa temática é delicada e muito complexa em vários âmbitos, muito se tem tentado e pouco se tem feito no sentido da aplicação prática. Mas, já como foi citado anteriormente, com a força dos que se engajam nessa luta e os conhecimentos atuais, estamos na direção da mudança. Precisamos apenas praticar com mais afinco e valorização esse conceito de inclusão.

3.2 A CRIANÇA AUTISTA E A ESCOLA

A inclusão do aluno autista na escola ocorre em um cenário de divergências e aprendizado; inserir uma pessoa com necessidades especiais em um ambiente voltado para crianças ditas “normais” é, no mínimo, enriquecer este ambiente plural, trazer para a sala de aula um modelo de referencial que nos ensina a sermos mais humanos e percebermos quais são as nossas limitações e diferenças. Portanto, a inserção da criança autista na escola é uma oportunidade de diagnóstico precoce, pois os primeiros sintomas de transtorno geralmente manifesta-se no período do nascimento até os três anos de idade, em que a criança inserida na escola poderá passar por uma observação realizada pela escola, e mais diretamente pelo seu professor, visto que serão notados comportamentos diferenciados em sua interação social. Neste sentido, afirma Hugo Beyer (2005, p. 90), é importante “sonhar, defender uma utopia, estabelecer metas que signifiquem a gradual metamorfose de educadores, escolas, famílias e alunos em sujeitos ativos, participantes, criativos no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino”.

A inclusão gera uma grande dificuldade para o professor, pois nem sempre o mesmo possui uma preparação para lidar com o assunto e, na maioria das vezes vive uma realidade de uma sala lotada, onde precisa dar uma atenção individualizada para assim realizar um trabalho inclusivo com determinado aluno. Segundo José Santos (2011, p. 61) “A base do chamado paradigma de Inclusão está na crença de que a diversidade é parte da natureza humana, a diferença não é um problema, mas uma riqueza”. Percebe-se a partir da linha de pensamento deste referido autor que a inclusão é um direito natural, nascemos diferentes, não somos iguais, e esta diferença é algo nato, algo que em meio ao ambiente que estamos inseridos deveria ser natural.

Na escola não deveria ser diferente, pois temos um ambiente propício para a aprendizagem, com a função social de acolher e valorizar potenciais. Dessa forma a criança especial deve estar inserida na sala de aula regular na tentativa da quebra do paradigma que crianças especiais não têm capacidade de aprender e nem de manter-se em convívio social. Neste sentido, encontramos:

Não podemos pensar em inclusão escolar sem pensarmos em ambiente inclusivo. Inclusivos não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas. Apesar de um espaço atraente e adequado para a instrução escolar ser uma necessidade elementar na educação, não raramente, deparamos com escolas sem o devido preparo nesse requisito (CUNHA, 2009, p. 100).

Por outro lado, Hallahan e Kauffman (1994), “afirmam que não devemos deixar que graus de capacidade baixo em pessoas impossibilitem a busca pelo reconhecimento contínuo de encontrar habilidades nos indivíduos, contanto que não nos prendamos a incapacidades naturais”. Com certeza é uma afirmação muito feliz, pois faz com que englobe mais o olhar para a pessoa humana, procurando qualidades, em vez de apenas enxergar os defeitos ou incapacidades natas; tal atitude fortalece, de forma significativa, a inclusão e a interação social.

A sala de aula envolve estresse e pluralidades; traz muitas vezes a sensação de fardo e incapacidade para o professor que acaba, na maioria das vezes, seguindo o modelo ditatorial que exclui ou trata indiferente o diferente, involuntariamente excluindo o aluno com necessidades especiais. O aluno que possui uma deficiência, se isola no cantinho da sala, cuja dificuldade de se expressar é visível e sentida, tem dificuldades em seu aprendizado, e que talvez na tentativa de ser percebido, grita e chora, pois carrega consigo características de Autismo, e por sua vez sua professora não atenta para uma realidade inclusiva, pelo cansaço habitual não percebe e não atua, como personagem na construção da inclusão.

Percebe-se que é desconfortável para as instituições de ensino a inserção de crianças com autismo em salas de aula do ensino regular; são profissionais que historicamente não foram preparados e uma comunidade escolar que não tem como prioridade a inclusão de fato, talvez integram alunos, para assim levantar a bandeira de “escola inclusiva” e se destacar no meio social, porém como forma de atrair o aluno cliente. Segundo Hugo Beyer (2005, p. 66), “para que atendimento escolar de alunos com deficiência seja possível no ensino regular, deve haver a tomada de consciência e a disposição de participação no processo por parte dos vários sujeitos envolvidos (pais, crianças, professores, gestores)”.

Integrar alunos na sala de aula de ensino regular não significa incluir, a inclusão vai além do que “depositar” crianças em escolas regulares; é entender e valorizar as diferenças de maneira que o ambiente se torne acolhedor e gerador de valores, realizando um processo educativo com inclusão e na inclusão, sabendo que todos nós integrantes de uma comunidade escolar somos sujeitos ativos nesse processo.

Com relação a isso citaremos:

No Brasil, os termos inclusão e integração têm significados diferentes. Entretanto, a maioria dos profissionais da educação (mais especificadamente os professores) confundem os princípios de inclusão e integração. Na integração, investe-se na possibilidade de crianças com algum tipo de deficiência (necessidade especial) frequentarem escolas comuns de ensino, cujos métodos pedagógicos estão voltadas para crianças consideradas “normais”. “Já com o termo inclusão, muda-se o foco da

criança para a escola, isto é, o sistema pedagógico e social da escola deve adaptar-se para receber a criança com necessidades especiais, incluindo crianças com transtorno autista ou espectro autista” (BANDIM, 1961, p. 73).

Somente com um trabalho realizado em conjunto podemos obter resultados humanos e satisfatórios, em que a inclusão escolar deixa de ser utopia e passa fazer parte de um cenário de igualdade e aprendizado, que é a escola. A escola não pode ser um ambiente excludente, ela tem um caráter formativo de valores, em que especificamente o autista precisa se fazer presente, pois o mesmo caracteriza-se como um ser humano dotado de valores como qualquer outro.

4 TIPOS DE INTERVENÇÕES: TÉCNICAS PARA TRABALHAR COM ALUNOS AUTISTAS

Abordaremos nesse capítulo as três técnicas de intervenção mais conhecidas para tornar a vida do autista o mais próximo da normalidade, que contribui diretamente para a inclusão do indivíduo. Muitos são os tratamentos desenvolvidos ao longo dos anos para o autismo, alguns sem comprovações científicas, mas todos com a função de amenizar o comportamento atípico do autista e, principalmente torná-lo o mais independente possível, pois sabe-se que a cura ainda não foi descoberta. A psicóloga Ribeiro (2010) afirma que:

Sabe-se que uma boa intervenção consegue reduzir comportamentos inadequados e minimizar os prejuízos nas áreas do desenvolvimento. Os tratamentos visam tornar os indivíduos mais independentes em todas as suas áreas de atuação, favorecendo uma melhoria na qualidade de vida das pessoas com autismo e suas famílias.

Devido à particularidade de cada indivíduo com o transtorno o tratamento adequado terá variações, sendo que alguns têm sido bem aceitos e tem resultados positivos, como exemplos citamos: o método TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com distúrbios Correlatos da Comunicação), o ABA (Análise Aplicada ao Comportamento) e o PECS(Sistema de Comunicação Mediante a Trocas de Figuras). Tais técnicas podem ser utilizadas tanto na escola quanto em casa com a família, podendo ser intercaladas entre elas, de acordo com a necessidade e peculiaridade da criança.

4.1 TEACCH

A técnica conhecida por TEACCH vem sendo utilizada em várias partes do mundo, foi criada na década de sessenta nos Estados Unidos e é bem aceita no Brasil. Segundo Bandim (2011, p. 129) “O TEACCH envolve basicamente a observação criteriosa dos comportamentos das crianças autistas em diferentes ambientes, diante de diferentes estímulos”. O aludido autor ainda faz referência da importância do empenho dos pais para eficácia da referida técnica.

O objetivo dessa técnica é fazer com que a criança se torne o mais independente possível, mesmo precisando do auxílio do professor, para que o indivíduo autista consiga realizar as atividades do cotidiano sem maiores complicações. Para tanto, o ambiente físico

precisa ser organizado de modo que o aluno se adapte mais facilmente, com suas rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. As avaliações se baseiam nas maiores dificuldades e pontos fortes, cabe frisar que o programa é individualizado, devido à singularidade de cada aluno.

4.2 ABA

Segundo Kathy Lear (2004), “**ABA** é um termo advindo do campo científico do Behaviorismo, que observa, analisa e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem”. O termo ABA é uma abreviação da expressão em inglês *Applied Behavior Analysis* que significa Análise do Comportamento Aplicada. Como se percebe o método ABA observa e explica a relação entre comportamento humano e a aprendizagem, que visa uma mudança de comportamento específico.

Para Ribeiro (2010), ABA “[...] é uma abordagem da psicologia que é usada para a compreensão do comportamento e vem sendo amplamente utilizada no atendimento a pessoas com desenvolvimento atípico, como os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs)”.

O grande interesse por esse campo científico é paralelo ao número crescente de instituições que utilizam técnicas de modificação comportamental, hospitais, centros de saúde e um número crescente de sistemas escolares adotam essa abordagem experimental do comportamento humano (FADIMAN & FRAGER, 2002 apud CUNHA, 2014, p. 74).

Durante o tratamento com o método ABA o professor ensina as habilidades ao aluno através de instruções ou dicas que são repetidas até que a criança as demonstre em diversos ambientes e situações sem erros, tendo sempre o auxílio do professor. Para Ribeiro (2010), “o método ABA pode intencionalmente ensinar a criança a exibir comportamentos mais adequados no lugar dos comportamentos problemas”. Percebe-se que método ABA é interessante, econômico e, portanto, necessário nas atividades pedagógicas habituais. Sendo assim, a equipe e a família decidem os objetivos que pretendem ser alcançados pela criança, com base nas habilidades iniciais observadas e todo o seu período de tratamento, bem como as repetições e os objetivos alcançados, devem ser registrados. Para o aluno é importante que exista uma consequência que lhe agrade, ou seja, sempre que ele atinja os objetivos traçados, o mesmo será recompensado.

4.3 PECS

Para Williams e Wright (2008, apud CUNHA, 2014, p. 75), “pessoas com Distúrbio do Espectro Autismo parecem ter melhor memória visual em consequência das dificuldades de linguagem e do fato de que imagens visuais, quando apresentadas, não desaparecem imediatamente como acontece com os sons, mas persistem, e a pessoa refere-se novamente a elas”. Soraia Viera (2012), afirma que:

O Picture Exchange Communication System (PECS) ou, em português, Sistema de Comunicação por Troca de Figuras, consiste em um método para ensinar pessoas com distúrbios de comunicação e/ou com autismo, a comunicarem-se de forma funcional por intermédio da troca de figuras.

Sendo assim, o método PECS (Picture Exchange Communication System) é usado em crianças com baixa eficiência de comunicação, estimulando a comunicação pela percepção usando a troca de figuras para que ele consiga o que deseja. O material utilizado não exige sofisticções, tornando-se acessível a qualquer pessoa que demonstre interesse em confeccionar suas figuras e seus cartões, podendo ser utilizado em qualquer lugar e circunstância. Acrescenta Viera (2012), que:

O PECS foi desenvolvido em 1985 por Andy Bondy, Ph.D. e Lori Frost, MS, CCC-SLP. O protocolo baseia-se na investigação e na prática dos princípios da ABA (sigla em inglês para Análise Comportamental Aplicada). Ele inclui seis fases e também as estratégias para a introdução de atributos (cor, tamanho, preposição, entre outros).

Como se percebe o método PECS tem ajudado muito o autista, tanto no desenvolvimento, quanto no aprimoramento da comunicação, desenvolvendo assim o início de sua autonomia.

5 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Entende-se por política, a ciência de governo das nações; arte de regular as relações de Estado com outros Estados; modo de haver-se, em assuntos particulares, a fim de obter o que se deseja, dentre outros significados. “Política tem sua origem na palavra grega *politiká* que significa aquilo que é público” (FABER, 2009). O que se entende de política é muito abrangente, em geral está relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público.

No nosso caso, abordaremos a forma de atuação do governo em relação à Educação Especial, porém, antes entenderemos o que é Educação Especial segundo o documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação), no qual considera:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

Como já expomos anteriormente, as pessoas com deficiência eram eliminadas de diversas formas e/ou viviam em caráter excludente e marginalizados, e em meio à busca do homem para a eliminação das práticas discriminatórias, surge a Educação Especial.

De acordo com o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Na busca do aprimoramento e a concretização de uma política com excelência, reconhecendo a proposta de educação inclusiva deflagrada pela Declaração de Salamanca, o direito à educação, independente das diferenças individuais, são implementadas diversas políticas para a Educação Especial. Além das citadas, tais políticas são inspiradas em outras declarações, como também recomendações e normas jurídicas.

Mesmo com instituições privadas já existentes como o Instituto Pestalozzi, 1926 e a APAE, 1954, o Estado só inclina sua atenção com a educação das pessoas com deficiência em 1960, anteriormente o ente estatal concebeu políticas projetadas apenas para pessoas tidas como “normais”, fazendo com que determinados movimentos sociais e comunitários se encarregassem dos tidos como “anormais”.

As políticas voltadas para a Educação Especial constituem-se em:

- Documentos centrais na legislação brasileira como a Constituição Federal(1988) que institui a formação do Estado democrático brasileiro; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que dispõe a proteção integral à criança e ao adolescente; a LDB (1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Documentos internacionais referenciais no campo da educação especial e inclusiva como as Declarações de Salamanca, já citada anteriormente, e Jomtien, 1990, elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação para todos, visando estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, a fim de uma sociedade mais humana mais justa. E a Convenção internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (1997).
- Documentos que implementam a atual política nacional da educação especial como os ofícios circulares do Senado.

Documento específico para a área de educação especial foi a Política Nacional de Educação Especial, elaborada pela Secretaria de Educação Especial em 1993, que se definiu como:

a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação de interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas (problemas de conduta) e de altas habilidades (superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos (BRASIL, 1994).

Em 2008, surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que se diferencia da anterior por ser um paradigma educacional que conjuga igualdade e diferença como valores inseparáveis e não como um conjunto de objetivos (BRASIL, 2008). Este documento ao incluir o aluno na educação regular propõe atividades diferenciadas nas escolas, não visando substituir o ensino regular e sim complementar ou suplementar visando à autonomia do aluno.

Em termos de Educação Especial, grandes foram os avanços nas lutas e conquistas para a igualdade e melhores condições de vida e educação para as pessoas com deficiência, no entanto, ainda são insuficientes para a demanda da categoria e trazem consigo marcas da segregação e da classificação.

Com tantos programas e políticas que inserem os alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, atualmente, ainda não superam a desigualdade educacional relacionada a ensinar e aprender. Deparamos-nos constantemente nas escolas, tanto públicas como privadas, com o despreparo emocional e cognitivo por parte dos educadores e professores destas instituições. Muitos professores se sentem confusos e alguns, até mesmo, sentem-se incapazes a se ver frente a várias dificuldades enfrentadas em relação aos alunos com deficiência.

Levando em consideração a nossa realidade, necessitamos de muita atenção e seriedade nas decisões tomadas em relação à Educação Especial, para que não corramos o risco de continuar inconscientemente alimentando a exclusão ainda existente em nosso âmbito educacional e escolar.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo relataremos como ocorreu o processo da nossa pesquisa de campo, quais os sujeitos envolvidos, e os posicionamentos obtidos mediante as observações e análise dos dados.

6.1 TIPO DE PESQUISA

Pesquisa científica é um instrumento de reflexão e investigação, no qual nos possibilita a embarcar em uma teoria confrontada com a prática, é perceber detalhes enriquecedores através de estudos e análises de um cenário, “a metodologia científica trata do estudo da ciência, assim como a relação existente entre o estudo e o mundo, privilegiando a pesquisa científica como uma prática cotidiana no ambiente acadêmico, permitindo aumentar a facilidade de aprendizado pelo simples ato de pesquisar” (GIL, 2002). Este aspecto também é comentado por Prodanov e Freitas:

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 43).

O presente trabalho está embasado num estudo descritivo no qual utilizaremos como método uma pesquisa de caráter qualitativa. Em relação à pesquisa qualitativa Prodanov e Freitas, (2013, p. 70) ressaltam:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode traduzir em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Então não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave, tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seus significados são os focos principais de abordagem.

A Pesquisa Qualitativa é analítica e interpretativa, nos possibilitando a analisar e refletir dados a cerca da temática, pois pesquisar é criar um profundo e rico conhecimento, é entender um cenário de problematizações, interrogações e conceitos. Neste estudo, utilizamos a observação e questionário como instrumentos de pesquisa, tais instrumentos fornecem materiais para análise de variadas abordagens metodológica.

O processo se deu mediante um estudo de caso realizado em uma escola da rede particular de João Pessoa, Escola VIDA ATIVA, Localizada na Rua Juiz Amaro Bezerra, 290, Cabo Branco. A escola é uma instituição de ensino regular, com séries que vão da educação infantil até o ensino fundamental I. Prodanov e Freitas (2013, p. 60) afirmam que:

O estudo de caso consiste em coletar dados e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto um estudo de uma unidade de forma aprofundada podendo tratar se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre as quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência.

O estudo de caso é caracterizado como uma forma prática de aprofundar uma pesquisa individual, respondendo questionamentos e enriquecendo o trabalho realizado pelo pesquisador sobre o fenômeno estudado.

6.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A população da pesquisa é composta por uma professora do Ensino Fundamental I e um aluno com Autismo. A professora tem 31 anos de idade, e iniciou sua formação com magistério, hoje é formada em Pedagogia e pós-graduada em Gestão e Planejamento do Ensino Aprendizagem, em que na sua totalidade atua em sala de aula há dezesseis anos.

O aluno tem 7 anos de idade, estuda no 2º ano do ensino fundamental, sendo este o terceiro ano em que o mesmo está inserido no ensino regular na referida escola.

6.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para nossa pesquisa utilizamos da metodologia de observação, em que durante o período de cinco visitas acompanhamos o aluno autista em sua rotina, hábitos e

características, aplicamos também um questionário (em anexo), abordando a temática do trabalho, no qual foi aplicado com a professora. Como pontua Gil (2004, p. 17):

A pesquisa é desenvolvida mediante concurso dos conhecimentos disponíveis a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Utilizamos da observação e do questionário com o objetivo de entender como se dá a inclusão do aluno com autismo inserido na sala de aula de uma escola regular. A observação por sua vez é algo que possibilita a construção de uma postura crítica. Já o questionário é um instrumento de pesquisa e coleta de dados, que auxilia na investigação e recolhimento de informações, para que se possa estudar o tema proposto e assim o investigador coletar, investigar e comparar os dados fornecidos com a teoria. O questionário aplicado para nossa pesquisa é formado por doze questões, de caráter subjetivo, em que as mesmas abordam a temática autismo e os eixos que norteiam o processo de inclusão.

6.4 ANÁLISE DOS DADOS

A técnica de tratamento de informação que utilizaremos será a análise de conteúdo a partir das respostas do questionário aplicado com a professora participante da presente pesquisa. Conforme Bardin (2004, p. 37):

a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem.

O conteúdo do questionário (em anexo) formou o nosso corpo de análise; utilizaremos X para se referir à criança, e Y ao se tratar da professora, sujeitos do nosso estudo de caso. A análise se dará mediante a formação de quadros temáticos, relacionando a resposta da professora, nossos posicionamentos adquiridos na observação, e o corpo teórico desta monografia. São eles:

FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Qual sua formação?

R: Sou graduada em Pedagogia, com especialização em Gestão e Planejamento do Ensino-Aprendizagem.

Você tem formação em educação especial? Qual?

R: Posso um curso de extensão em Educação Especial pelo departamento de Psicologia da UNIPÊ.

Onde você busca as informações sobre essa temática para o aprimoramento da sua prática pedagógica?

R: Com pessoas que trabalham na AMA – Associação de Amigos do Autista, livros e internet.

Quadro 1- Formação do professor. Fonte: Autoras da monografia

Analisando as duas primeiras respostas do quadro acima, percebemos que a professora Y possui formação para a prática docente e é habilitada para exercer trabalho com autistas, uma vez que é de grande importância à preparação do professor, condição necessária para o processo de inclusão dos alunos autistas. Como afirma Álvaro Marchesi:

É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos (MARCHESI, 2004, p. 44).

Com relação à questão sobre como a professora busca as informações para o aprimoramento da prática, a professora Y argumenta que ainda é preciso à busca pelo aperfeiçoamento de sua prática pedagógica. Segundo Dewey (apud GARCIA, 1995, p. 62) "o mero conhecimento dos métodos não basta, pois é preciso que exista o desejo e a vontade de os empregar". Sabemos que a realidade de sala de aula é totalmente diferente da teoria propagada nas instituições preparatórias para a formação do professor, e que a inclusão gera grande complexidade, mediante as dificuldades surgidas.

Para que esta vontade de empregar os métodos ocorra de forma gradativa na educação de pessoas com autismo, faz-se necessário uma reflexão que vise explorar questões voltadas para o preconceito que parcializa as ações de muitos profissionais, limitando a concepção de novas ideias, novas formas de trabalho, diferentes buscas para a resolução de problemas. Nesse sentido, Antônio Nóvoa afirma:

A formação do professor não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar estatuto ao saber da experiência (NÓVOA, 1995, p. 25).

Mediante essa afirmação, percebe-se que a professora Y é consciente de seu papel perante essa temática, sabendo que a sua busca pelo aperfeiçoamento é de extrema importância diante das circunstâncias da sala de aula e na inclusão do aluno autista, assim como no processo de ensino/aprendizagem.

INCLUSÃO

Para você o que significa inclusão?

R: Enquanto professora, é conceder oportunidades a aqueles que são excluídos pela sociedade devido as suas especialidades a fazer parte de um sistema (pré) determinado, criando mecanismos de adaptação.

Como você se vê face ao processo de inclusão em sala de aula?

R: Infelizmente, vivemos em uma sociedade que pouco se investe na formação de professores, capacitando-os para trabalharem com crianças “especiais” em sala de aula. Em relação às crianças, é um processo que favorece no crescimento, enquanto cidadãos, onde se aprende a respeitar e a conviver com as limitações do “outro”.

Quais suas maiores dificuldades?

R: A priori, o trabalho paralelo com os pais, pois são poucos os que aceitam a especialidade do seu filho.

Qual sua proposta pedagógica em relação à inclusão de uma criança com deficiência?

R: Trabalhar de acordo com o desenvolvimento cognitivo, emocional, sensorial e motor da criança. Garantindo a qualidade do ensino.

Quadro 2- Inclusão. Fonte: Autoras da Monografia

Com relação às questões que se referem à inclusão bem como as dificuldades desse processo, as respostas da participante da pesquisa, ou seja, da professora Y aproximam-se da visão da psiquiatra Ana Beatriz (2012), referenciado no capítulo 3:

Inclusão é uma política que busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos (BEATRIZ, 2012, p. 233). (cf. p. 20)

Enquanto a autora conceitua a inclusão no todo, a professora Y coloca seu conceito enquanto professora, reconhecendo que a inclusão é discutida atualmente porque em um determinado momento histórico a sociedade excluiu. E, em seu papel de professora, deve criar (SIC) mecanismos para a adaptação do aluno em sala de aula, tornando-a um espaço social capaz de desenvolver um papel de estimulação ao relacionamento, o que certamente facilitará seu trabalho, no qual ela é mediadora de situações favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico.

Para que haja um bom desenvolvimento da criança é preciso que sejam ofertadas as condições necessárias, pois é de total importância que cada criança seja mediada com recursos que promovam a adaptação como também a aprendizagem.

Na segunda questão, a professora Y reconhece que em nossa sociedade a pouco preparo dos profissionais da educação para o acolhimento de crianças especiais. Conforme Marchesi (2004) “é difícil uma escola avançar se os professores não adquirirem uma competência suficiente para ensinar a todos”. A mesma afirma que a relação com essas crianças nos favorece enquanto cidadãos, na qual há aprendizagem e respeito à "diferença" do "outro". Tais atitudes fortalecem de maneira significativa a inclusão e a interação social como declaram Hallahan e Kauffman (1994):

não devemos deixar que graus de capacidade baixo em pessoas façam com que impossibilitem a busca pelo reconhecimento contínuo de encontrar habilidades nos indivíduos, com tanto que não nos prendamos a incapacidades naturais. (cf. p. 24)

Na terceira questão, a professora Y declara que sua principal dificuldade frente à inclusão aparece em torno do paralelo pais/escola, a mesma relata que o percentual de não aceitação da deficiência por parte dos pais é algo que atrapalha no processo na relação professor/aluno e ensino/aprendizagem, pois para a boa adaptação e desenvolvimento do aluno é fundamental a colaboração de todos. Como afirma Hugo Beyer (2005, p.66) “para que o atendimento escolar de alunos com deficiências seja possível no ensino regular, deve haver a tomada de consciência e a disposição de participação no processo por parte dos vários sujeitos envolvidos (pais, crianças, professores, gestores, etc.)”.

Ouve-se de muitos pais, durante a gravidez, a frase “não importa se é menino ou menina, desde que tenha saúde”. Para Buscaglia (1993), “a deficiência não é algo desejável, e não há razões para se crer no contrário. Quase sempre causará sofrimento, desconforto, embaraço, lágrimas, confusão e muitos gastos financeiros”. Sendo assim, para a grande maioria dos pais, é um choque saber que seu filho é deficiente, e isso causa frustração, até mesmo a não aceitação da deficiência.

Para a última questão dessa temática, a professora Y diz que sua proposta pedagógica vai de acordo com as necessidades da criança, e para que haja um bom desenvolvimento da mesma é preciso um ensino de qualidade garantida, pois a inclusão não significa apenas inserir as crianças em escolas regulares, mas entender, respeitar e valorizar as diferenças de maneira que o ambiente se torne acolhedor e gerador de valores, bem como de ensino/aprendizagem de qualidade, sendo o professor um grande parceiro nessa caminhada.

Nessa relação, o professor deve extrapolar as dimensões que estão colocadas nas propostas pedagógicas orientadas pelos sistemas de ensino, colocar-se como agente de transformação da realidade, na perspectiva de contribuir para a inclusão dos alunos deficientes. Como afirma Paulo Freire:

[...] para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, a partir de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas esta no mundo, mas com o mundo. Estar no mundo resulta de sua abertura a realidade, que o faz ser o ente de relação que é (FREIRE, 1996, p, 22).

AUTISMO

Qual sua concepção de Autismo?

R: É uma alteração cerebral que afeta a capacidade da criança se comunicar, compreender e falar, afetando, principalmente, o estreitamento do relacionamento com as pessoas e com o mundo exterior. Este estreitamento poderia ser descrito como um afastamento da estrutura de vida social para a individualidade.

Na sua concepção a criança autista é capaz de aprender como as crianças tidas “normais”?

R: Acredito que, tudo depende do seu interesse, enquanto professor, pois há um leque de possibilidades para trabalhar o desenvolvimento motor e cognitivo da criança autista. Claro, que o processo será mais lento, contudo, o desenvolvimento de hábitos sistemáticos e rotinas de trabalho tem sido uma estratégia eficaz para minimizar estas dificuldades organizacionais.

Quais métodos ou estratégias o professor deve utilizar com uma criança autista?

R: O aprendizado parte de objetos concretos e passa gradativamente para modelos representacionais e simbólicos, de acordo com as possibilidades do autista. A figura visual permanece atual e concreta, ajudando o aluno seguir a sequência desejada. O estabelecimento de hábitos sistemáticos de trabalho também é útil. Com o aluno observado, é utilizado um material preparado pela psicopedagoga, material didático de acordo com o seu desenvolvimento cognitivo, e estimulação com comandos dirigidos. (ex: Jogue no lixo! Entregue ao seu colega! Pegue este papel!).

Quadro 3- Autismo. Fonte: Autoras da monografia

Analisando as respostas referentes à temática “Autismo”, relatadas pela professora Y, observamos que a mesma foi coerente e idealista em suas colocações. Na primeira pergunta, ao posicionar-se em relação ao conceito de autismo, destacou características bastante evidentes no sujeito autista, que é a alteração na comunicação, socialização, e no comportamento, já referenciado no capítulo 2, a qual transcrevemos:

O autismo é entendido como distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades: 1- dificuldade de comunicação, a comunicação verbal e não verbal, a comunicação, tanto verbal como não verbal, é deficiente e desviada dos padrões habituais. [...] 2- dificuldade de sociabilização entende-se nesse caso a criança que é incapaz de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas. A criança pode se isolar, ou interagir de forma estranha, fora dos padrões habituais. [...] 3- dificuldade no uso da imaginação que se estende por várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança, sejam eles comportamentos ritualistas e obsessivos, dependência em rotinas, atraso intelectual a ausência de jogo imaginativo (AMA apud SANTOS, 2011, p. 11). (cf. p. 13)

A apropriação da professora acerca do conceito de Autismo é algo de fundamental importância para que, de fato, a inclusão possa existir na sala de aula, pois lidar com uma deficiência sem ao menos saber do que se trata e quais suas características, acarretaria de forma natural a não inclusão da criança no ambiente em que está inserida.

Na segunda questão, a professora Y cita a possibilidade de aprendizado da criança X mediante o seu compromisso, ou seja, existe uma relação de responsabilidade e afetividade que gera aprendizado, característica que foi observada durante as visitas de observação. A incapacidade e delimitação de aprendizado não pode ser estabelecida pela existência do transtorno, e sim pela dedicação oferecida a criança, e pela existência e nível de deficiência mental. Como citamos no capítulo 2:

Crianças com Autismo apresentam grande variação no grau de inteligência, estando ele associado tanto a graus profundos de deficiência mental quanto a performances acima da normalidade em alguns testes psicométricos (LORD e RUTTER, 1994). (cf. p. 14)

Já na terceira questão, podemos ratificar sua consciência em relação ao seu compromisso de aplicar metodologias que possa gerar o aprendizado na criança com autismo. Como ressaltam Bertazzo e Schmitt (2010) no capítulo 2:

a uma intervenção logo no início da escolarização contribuiria de forma positiva para o desenvolvimento das pessoas com autismo, com aumento em qualidade de vida e convívio social, pontuam ainda que “[...], a escola é o local onde esses alunos devem ter acesso inicial à socialização, através da possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e sociais”. (cf. p. 17)

O uso de métodos de intervenção é algo de extrema importância para o desenvolvimento da criança, no caso da criança X é utilizado o método de PECS, citado no capítulo 4:

O Picture Exchange Communication System (PECS) ou, em português, Sistema de Comunicação por Troca de Figuras, consiste em um método para ensinar pessoas com distúrbios de comunicação e/ou com autismo, a comunicarem-se de forma funcional por intermédio da troca de figuras (VIERA, 2012). (cf. p. 27)

O método de PECS utilizado pela professora Y tem tido um resultado satisfatório com a criança X, pois como relatado pela mesma vem possibilitando o desenvolvimento cognitivo, e ofertando uma melhoria em sua comunicação. Vejamos o material utilizado pela professora Y com a criança X em suas aulas:



INTERVENÇÕES

Você recebe apoio da gestão?

R: Sim. A escola oferece do professor todo apoio necessário.

Como se dá a participação da família para a inclusão do aluno com autismo?

R: Este trabalho paralelo (escola x família) é de extrema importância. A participação da família na inclusão do aluno com autismo se dá, primeiramente, na aceitação da especialidade da sua criança, para que assim, haja um trabalho específico com o desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor. O trabalho com educador com pessoas com autismo é fundamentalmente o de ver o mundo através de seus olhos, e usar esta perspectiva para ensiná-los a conviver inseridos em nossa cultura de forma que sejam o mais independente possível.

Quadro 4- Intervenções. Fonte: Autoras da monografia.

No quadro temático, que denominamos de intervenções, podemos aguçar ainda mais nossas inquietações como futuras pedagogas, pois lançamos o desafio de analisar a participação da escola/gestão e da família no processo de inclusão da criança X. Nesse caso específico, com relação à primeira questão, a resposta da professora em relação à gestão foi de caráter verdadeiro, pois em nossas observações constatamos que, de fato, a gestão incentiva e oferece o suporte necessário para que assim se efetive sua parcela de participação no processo de inclusão da criança no ambiente da sala de aula regular.

Utilizando-se da fala de Hugo Beyer, podemos entrelaçar a segunda questão que traz ao cenário a participação da família. O mesmo posiciona-se dizendo que “para que atendimento escolar de alunos com deficiência seja possível no ensino regular, deve haver a tomada de consciência e a disposição de participação no processo por parte dos vários sujeitos envolvidos (pais, crianças, professores, gestores, etc.)” (BEYER, 2005, p. 66).

A família tem sua importância nesse processo desde o diagnóstico até o possível tratamento, pois como foi relatado pela professora Y o diagnóstico só poderá existir mediante a aceitação dos pais em relação ao transtorno, para assim a escola iniciar seu trabalho de intervenção específico que desenvolva a criança X nos aspectos cognitivo, sensorial e motor. Vale ressaltar que a família aparece como referencial no diagnóstico e tratamento, porquanto ainda é um dos aspectos que podemos citar como uma das maiores dificuldades no processo de inclusão, que é a tomada de consciência da família, pois a não aceitação do transtorno

devido ao medo, preconceito, ignorância, ainda norteia os pais que possuem filhos com algum tipo de deficiência. Como ressalta Fátima Alves:

É de fundamental importância o trabalho conjunto entre a família e profissionais e também haverá sempre necessidade que essa família esteja presente em todos os momentos. A presença ajudará e muito na progressão, pois muitas vezes a família é o gancho que o profissional precisa para começar e poder terminar (apud CUNHA, 2014, p. 87).

Portanto, tais considerações da professora Y trazidas nesse quadro perpassam na linha de pensamento da autora Fátima Alves, nos fazendo analisar e constatar que existe um preparo profissional da professora Y, que é visivelmente diagnosticado ao confrontarmos a teoria com a prática da mesma, em sala de aula.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo de caso compreendemos como ocorre o processo de inclusão de um aluno autista em uma escola particular de João Pessoa. Para melhor entendimento aplicamos um questionário com doze questões subjetivas com a professora Y, a educadora que participou da pesquisa, ministra aulas na turma de segundo ano, no qual se encontra inserido o aluno X que possui a síndrome do autismo.

O estudo se deu a partir de pesquisas aprofundadas em livros, sites, monografias, artigos científicos, que contribuíram de modo a nos referenciar com observações no ambiente da escola e na sala de aula. Tais observações foram de suma importância, pois nos fez refletir em nossas práticas como cidadãs e como educadoras. Para tanto, encontrar-se face a criança X, sujeito envolvido no nosso estudo de caso, foi no mínimo uma lição de vida, foi enxergar que limitações existem para serem compreendidas e respeitadas.

Os resultados foram satisfatórios, pois podemos conhecer e nos aprofundar no tema, compreendendo como ocorre a inclusão de um aluno que possui a síndrome do Autismo na sala de aula do ensino regular. É importante que nós, futuras pedagogas, tenhamos o desejo de buscar o aprimoramento de nossos conhecimentos para que saibamos como trabalhar a inclusão em sala de aula. O autismo se caracteriza pela presença de desenvolvimento atípico na interação social, comunicação e repertório restrito de atividades e interesses. A precocidade do diagnóstico faz com que o tratamento se torne mais eficaz, em que a família e a escola tornam-se capazes de intervir realizando procedimentos que amenizem as características presentes na criança autista.

Neste cenário de inclusão a interação da família com a escola é fundamental para um desenvolvimento satisfatório do aluno autista, fato que claramente foi identificado em nossas observações. O aluno observado, além de sua rotina escolar, pratica atividades extraclasses e acompanhamento interdisciplinar em uma instituição especializada, e ainda a mãe desenvolve atividades para que sejam trabalhadas pela professora na sala de aula, pois a mesma é participante ativa da AMA, e totalmente interada de todos os assuntos que se refere à temática do Autismo.

A inclusão foi percebida em nossas observações como algo contínuo, que sempre estará em processo de descobertas e evolução. Pelo fato do aluno observado estar inserido há três anos na mesma escola, vimos que seus colegas já se encontram todos familiarizados com seus comportamentos atípicos, a ponto de terem atitudes de companheirismo em relação às

dificuldades enfrentadas em sala pela criança X, fazendo com que os mesmos auxiliem a professora nas horas mais turbulentas. E o que seria a inclusão, se não o trabalho em equipe para que a convivência em sociedade se torne mais agradável, todos com suas diferenças, peculiaridade e singularidades.

O conhecimento e a experiência da professora entrevistada são de grande importância para que a inclusão aconteça. O educador tem papel principal de promover a inclusão em sua sala de aula, por isso a importância da busca por conhecimentos, e do amor pelo trabalho que desenvolve. A síndrome do Autismo ainda nos tem muito a dizer, porém em nossas pesquisas e observações ficou evidenciado para o grupo que quando existem dedicação e interação das partes é possível que a inclusão aconteça, com ganhos significativos, não só para o aluno autista, e sim para a escola como um todo. Trabalhar as diferenças, tolerância e principalmente, o respeito com nossos alunos, são os primeiros passos para que tenhamos a inclusão de fato no ensino regular de nossas escolas.

Em relação a nossa problemática inicial, em que nos questionávamos se de fato a inclusão existia naquela sala de aula, e como se dava o processo de inclusão naquele cenário, podemos dizer que as respostas surgiram de maneira natural, pois com a prática da professora Y constatamos que a inclusão é possível, e isso nos fortaleceu enquanto educadoras e futuras pedagogas.

Portanto, trabalhar as diferenças, a compreensão e, principalmente, o respeito com nossos alunos, são os primeiros passos para que tenhamos a inclusão de fato no ensino regular de nossas escolas, seja ela de rede pública ou particular. Para tanto, é necessário que haja políticas públicas que favoreçam a inclusão, de modo que sejam ofertados congressos e conferências que discutam a existência, e quebra de paradigmas ainda existentes em relação à Educação Especial, para que a ignorância não continue preponderando sobre nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AMA. **Tratamento do Autismo**. Disponível em: <http://www.ama.org.br/site/tratamento.html>. Acesso em 01 de junho de 2014.

AMARO, F. Biografia de **Eugen Bleuler**. Disponível em: <http://www.revpsiqx.org/Upload/artigo/files/61b5cb68-9fb5-4065-bbb3-510ffadb23e9.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em < <http://pedagogiaaopedaletra.com/monografia-autismo-educacao-infantil/> > Acesso em 03 de junho de 2014.

BANDIM, J. M. **A criança Autista e a Escola**: uma abordagem prática. Recife: Bagaço, 2011.

BAPTISTA, C. R. BOSA, C. **Autismo e Educação**: Reflexões e Propostas de Intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola**: de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. BRASÍLIA: MEC/SEED, 2008.

_____. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em : 20 de junho de 2014.

_____. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. BRASÍLIA, MEC/SEESP, 1994.

_____. Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf >. Acesso em 16 de junho de 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

BUENO, J. G. S. **EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**: Um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 1993.

CARDOSO, M. **Espaço para inclusão. Novo olhar**, ano 10. Número 47. Setembro e outubro de 2012.

CECCIM, Ricardo B. Exclusão e alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental. In SKLIAR, C. (Org.) **Educação e Exclusão** – Abordagens Sócio-Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

CONGRESSO ESTADUAL DE TEOLOGIA, 1., SÃO LEOPOLDO. ANAIS DO CONGRESSO ESTADUAL DE TEOLOGIA. SÃO LEOPOLDO: EST, V.1, 2013.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

FABER, M. E. E. O QUE SÃO POLIS? QUEM SÃO OS POLÍTICOS? Disponível em: <http://www.historialivre.com/hoje/oqueopolis.htm>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

FERREIRA, A. B. H. **o Aurélio século XXI: dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLÁVIA, P. CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INOVAÇÕES, ALCANCE E IMPACTO. In FERRAZ, Carolina Valença et AL (org.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 33-51.

FERREIRA, A. B. H. NOVO DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA. 2. ED. RIO DE JANEIRO: NOVA FRONTEIRA, 1986.

FONSECA, S. M. de F. P. da. **Testemunhos de professores sobre a integração/inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: um recorte da realidade de Natal/RN**. 2002. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, C. M. A formação de professores: centro de atenção e pedra-de-toque. In: NÓVOA, A.(Org.). **Os professores e a sua formação**. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

GONÇALVES P. P. **O Autismo e a Aprendizagem Escolar**. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/autismo/>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

Significado de Behaviorismo. O que é Behaviorismo. Disponível em: <http://www.significados.com.br/behaviorismo/>. Acesso em: 01 de junho de 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> . Acesso em: 01 de julho de 2014.

LEAR, K. Ajude-nos a aprender. (Help us learn). **Um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto-estabelecido**. Disponível em: <<http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Autismo-ajude-nos-a-aprender.pdf>>. Acesso em : 11 de junho de 2014.

MARCHESI, Á. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, M. S. S.; MARANHE, E. A. (Orgs). Coleção Unesp: Educação de temas específicos. São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Extensão, Faculdade de Ciências, 2009, v.4.

NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
PEREIRA, Bruna A. de A. X. **Patologia em foco: Conhecendo o Autismo – Tratamento**. Disponível em: <<http://www.bairral.com.br/blog/patologia-em-foco/patologia-em-foco-conhecendo-o-autismo-tratamento/>> . Acesso em : 15 de junho de 2014.

PEREIRA, Bruna A. de A. Ximenes. **Patologia em foco: Conhecendo o Autismo – Tratamento** . Disponível em: <<http://www.bairral.com.br/blog/patologia-em-foco/patologia-em-foco-conhecendo-o-autismo-tratamento/>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

RIBEIRO, S. **ABA: uma intervenção comportamental eficaz em casos de autismo**. Disponível em: <<http://www.revistaautismo.com.br/edic-o-0/aba-uma-intervenc-o-comportamental-eficaz-em-casos-de-autismo>> . Acesso em: 24 de junho de 2014.

RIVIÈRE, A. **O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento**. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**, 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, J. I. F. dos. **Educação Especial: Inclusão Escolar da Criança Autista**. São Paulo: All Print, 2011.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VARELLA, D. Tratamentos podem dar maior autonomia a pessoas com autismo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/quadros/autismo-universo-particular/noticia/2013/08/tratamentos-podem-dar-maior-autonomia-pessoas-com-autismo.ht>> Acesso em: 11 de junho de 2014.

VIEIRA, S. **O que é PECS?**. Disponível em: <<http://www.revistaautismo.com.br/edicao-2/o-que-e-pecs>>. Acesso: 25 de maio de 2014.

VISANI PAOLA e RABELLO Silvana. **Considerações sobre o diagnóstico precoce na clínica do autismo e das psicoses infantis.** *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 293-308, junho 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CURSO DE PEDAGOGIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO

1- Qual sua formação?

- ✓ **Sou graduada em Pedagogia, com Especialização em Gestão e Planejamento do Ensino-Aprendizagem.**

2- Você tem formação em educação especial? Qual?

- ✓ **Possuo um curso de extensão em Educação Especial pelo departamento de Psicologia da UNIPÊ.**

3- Para você o que significa inclusão?

- ✓ **Enquanto professora, é conceder oportunidades a aqueles que são excluídos pela sociedade devido as suas especialidades a fazer parte de um sistema (pré) determinado, criando mecanismos de adaptação.**

4- Como você se vê face ao processo de inclusão em sala de aula?

- ✓ **Infelizmente, vivemos em uma sociedade que pouco se investe na formação de professores, capacitando – os para trabalharem com crianças “especiais” em sala de aula. Em relação às crianças, é um processo que favorece no crescimento, enquanto cidadãos, onde se aprende a respeitar e a conviver com as limitações do “outro”.**

5- Quais são suas maiores dificuldades?

- ✓ **A priori, o trabalho paralelo com os pais, pois são poucos os que aceitam a especialidade do seu filho.**

6- Qual a proposta pedagógica em relação a inclusão de criança com deficiência?

- ✓ **Trabalhar de acordo com o desenvolvimento cognitivo, emocional, sensorial e motor da criança. Garantindo uma qualidade no ensino.**

7- Você recebe apoio da gestão?

- ✓ **Sim. A escola oferece ao professor todo o apoio necessário.**

8- Qual sua concepção do autismo?

✓ **É uma alteração cerebral que afeta a capacidade da criança se comunicar, compreender e falar, afetando, principalmente, o estreitamento do relacionamento com as pessoas e com o mundo exterior. Este estreitamento poderia ser descrito como um afastamento da estrutura de vida social para a individualidade.**

9- Na sua percepção a criança autista é capaz de aprender como as crianças tidas como “normais”?

✓ **Acredito que, tudo depende do seu interesse, enquanto professor, pois há um leque de possibilidades para trabalhar o desenvolvimento motor e cognitivo da criança autista. Claro, que o processo será mais lento, contudo, o desenvolvimento de hábitos sistemáticos e rotinas de trabalho tem sido uma estratégia eficaz para minimizar estas dificuldades organizacionais.**

10- Quais métodos ou estratégias o professor deve utilizar com uma criança autista?

✓ **O aprendizado parte de objetos concretos e passa gradativamente para modelos representacionais e simbólicos, de acordo com as possibilidades do autista. A figura visual permanece atual e concreta, ajudando o aluno seguir a sequência desejada. O estabelecimento de hábitos sistemáticos de trabalho é também útil. Com o aluno observado, é utilizado um material preparado pela psicopedagoga, material didático de acordo com o seu desenvolvimento cognitivo e estimulação com comandos dirigidos (ex. Jogue no lixo! Entregue ao seu colega! Peque este papel! Etc.)**

11- Como se dá a participação da família para a inclusão do aluno com autismo?

✓ **Este trabalho paralelo (escola x família) é de extrema importância. A participação da família na inclusão do aluno com autismo se dá, primeiramente, na aceitação da especialidade da sua criança, para que assim, haja um trabalho específico com o desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor. O trabalho como educador com pessoas com autismo é fundamentalmente o de ver o mundo através de seus olhos, e usar esta perspectiva para ensiná-los a conviver inseridos em nossa cultura de forma o mais independente possível.**

12- Onde você busca as informações sobre essa temática para o aprimoramento da sua prática pedagógica?

✓ **Com pessoas que trabalham na AMA - Associação de Amigos do Autista, livros e internet.**

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) _____

Esta pesquisa tem como título A Inclusão de uma criança autista no ensino regular de uma escola particular de João Pessoa: estudo de caso é parte do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo desenvolvido por Lígia Nogueira Guimarães, matrícula 11016023, Nadja Patrícia Lopes Gomes, matrícula 11016012, e Thaisy Améliny Dantas de Macedo, matrícula 11013998, alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Santuza Mônica de França P. da Fonseca (DHP/CE/UFPB).

Através deste termo de consentimento, solicitamos sua colaboração para a realização da pesquisa, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Informamos que por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e informamos que os pesquisadores e a professora orientadora estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, compreendo que estarei cedendo, a partir desta data, as informações que prestei para que sejam utilizadas integralmente ou em partes, sem restrições, pelas pesquisadoras. Compreendo, também, que estará assegurado o anonimato de minhas informações nos resultados dos dados obtidos.

Assim, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

João Pessoa, ____/ ____/ 2014.

Assinatura do Participante da Pesquisa

RG:

Nome – Matrícula

Contato: (83)

Nome – Matrícula

Contato: (83)

Nome – Matrícula

Contato: (83)